

## APRESENTAÇÃO

Ainda vigora o senso comum da educação popular apenas como uma educação alternativa à educação formal tolerada pelo sistema de ensino responsável pela produção dos mais diversos processos de exclusão educacional nas sociedades capitalistas. Uma alternativa, sob tal contexto, significa algo menor, sem valor, sem reconhecimento, sem qualidade para preparar crianças e jovens para os desafios impostos pela lógica excludente do capital. Esta pode ser uma das razões por que as iniciativas de educação popular são toleradas pelos governos dos Estados capitalistas e até algumas delas são apoiadas por estes, mas sem ousar a universalização dos princípios que regem esta concepção de educação nos sistemas de ensino oficial.

Contrariando o dogma dessa ideologia educacional do capital, a educação popular não tem em seus fundamentos nada que ampare essa interpretação de suas iniciativas, bem como as teorias que as consubstanciam são inconsistentes, superficiais, sem uma episteme delineada. Teóricos como Paulo Freire, Miguel Arroyo, Carlos Rodrigues Brandão, Enrique Dussel, Simón Rodríguez e outros nos dão uma ideia muito clara da consistência e coerência dos fundamentos da educação popular.

Se assim o é, por que a educação popular ainda é vista nos meios educacionais e não educacionais dessa forma? Porque, historicamente, as relações sociais de produção têm ensinado na cotidianidade do capital de que o válido, o certo, a verdade é o que emana destas relações, as quais são, no plano teórico, responsáveis pela reprodução da hegemonia do capital sobre o ser humano. Desta forma, foi construído um senso comum em torno de cada pedagogia que em cada momento histórico vem alimentando o sentido, os objetivos das políticas públicas dos grupos hegemônicos. Da pedagogia tradicional construiu-se o senso comum de que o professor ensina e o aluno ouve para aprender, o professor tem a verdade, porque só ele tem o saber; da pedagogia tecnicista, de que o que importa é o saber fazer; das pedagogias não diretivas, de que o professor é um mero facilitador da produção de conhecimento e aprendizagem autogerida pelo educando. Enfim, em todas elas inexistem um real concreto, o mundo do aluno, ele com seus saberes e formas de saber em diálogo crítico com o educador. Nelas, a cultura como lócus privilegiado da produção de saberes, bem como a dialética de todos os aspectos que envolvem a educação do ser humano, inexistem. Sob a égide de tais ideologias pedagógicas produziu-se o senso comum de que a educação popular desconsidera os saberes científicos e as habilidades e atitudes necessárias ao seu domínio, e de que por isto o professor estaria destituído de autoridade.

Contudo, a educação popular, longe de invalidar a importância e a necessidade dos saberes científicos e de não reconhecer o professor como representante/autoridade destes saberes, postula ambos para a educação/formação humana do ser humano. Diferentemente da pedagogia tradicional, os teóricos da educação popular entendem que não só o professor é portador de saberes, mas também os educandos, visto que estes, assim como os educadores, enquanto seres sociais autoprodutores da própria ontologia, são também produtores de conhecimento e de um modo próprio de interpretar e interagir no/com o mundo. Neste sentido, entende-se na educação popular o diálogo desses saberes, ao invés de se antever uma relação hierárquica entre eles, bem como entre seus representantes (professores e alunos). Longe também de opor-se à necessidade técnica do saber fazer, a educação popular demanda pelo sentido e

objetivos dos saberes e das tecnologias, indagando sobre os fundamentos dos saberes na formação educacional do ser humano, bem como das implicações das técnicas e das tecnologias produzidas sobre a vida do ser social. Neste sentido, as teorias de educação popular concebem não só o educador como sujeito da educação, mas também o educando, assim como fazem a defesa intransigente da cultura como lócus de todo e qualquer processo de ensino aprendizagem intencional, colocando os saberes docentes a serviço da compreensão do mundo do educando, dos problemas e desafios para sua emancipação humana.

Enfim, a educação popular não é simplesmente uma educação escolar alternativa àquela oferecida pelos sistemas de ensino oficiais, ainda que, exclusivamente como tal, ela não deixe de oferecer o que ela tem de melhor em si: uma educação libertadora que não só respeita o educando, mas o acolhe com seus conteúdos identitários, desafiando-o a compreender e a lutar para contribuir na superação das determinações contrárias à sua emancipação como ser humano. A educação popular é uma concepção de educação que não está restrita aos espaços escolares, pois em todo lugar em que homens e mulheres se reúnem para pensar o modo de fazer seu mundo, de reproduzir os modos de fazê-lo, bem como para criar outros modos e recriar os modos existentes, esta experiência educa o ser desta cultura a nela viver e a compreender-se.

Os textos do presente número da Revista da FAEEBA dividem-se em dois tipos de estudos: 10 deles são no campo da pesquisa bibliográfica e/ou documental e discutem a educação popular no campo dos fundamentos da educação (filosofia, sociologia, economia, política e epistemologia); 05 deles apresentam resultados de experiências práticas no campo da educação popular.

Na concepção de Maximiliano Durán, a educação popular institui a escola tal como concebemos, visto que apenas nela a igualdade é assumida como princípio de vida, e neste sentido como princípio educativo. Isto leva o autor a defender a tese de que a escola (*schole*) idealizada no ocidente é uma criação latino-americana e não grega, como é usualmente concebida. Em seu texto *Simón Rodríguez: educación popular y la invención de la escuela popular*, Maximiliano Durán defende esta tese ousada, contra-hegemônica, sobre a origem da escola. Narrando com arguta criticidade a experiência de Simón Rodríguez, ele não só relata a concepção deste autor sobre educação popular, como também desafia a tese-consenso no ocidente de que a escola é uma criação grega, mas sim latino-americana.

Na linha de uma das teses defendidas por Durán, Daisy Moreira Cunha e Wanderson Ferreira Alves, em seu texto *A educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida - educação, trabalho e saúde em algumas experiências fundadoras*, desenvolvem um estudo sobre três experiências investigativas realizadas na Itália, na França e no Brasil, partindo da tese marxiana do trabalho como princípio educativo. Nessas experiências comprovou-se que o trabalhador, apesar de encontrar-se numa situação de alienação do processo do trabalho imposto pela alienação de sua força de trabalho, constrói saberes em seu labor profissional, desenvolvendo uma compreensão das implicações do processo de trabalho sobre sua saúde.

Na linha de discussão do trabalho como princípio educativo, Maria Tereza Goudard Tavares brinda-nos, em seu texto *Educação popular e movimentos sociais contemporâneos: algumas notas para reflexão*, com uma eloquente, viva e aguçada análise da história da educação popular no Brasil, demonstrando o nascedouro de cada uma de suas tendências, assim como as contribuições dos mais respeitáveis teóricos deste campo da educação.

Enquanto estudo atual da educação popular, o texto *Educação popular e o discurso da economia política eurocêntrica*, de Diogo Marques Tafuri e Luiz Gonçalves Junior, oferece uma instigante reflexão sobre a relação entre educação e economia política em contextos populares e não escolares, quando os autores procuram problematizar a influência dos paradigmas discursivos oriundos da economia política eurocêntrica sobre as práticas econômicas realizadas por grupos populares.

Para fazer oposição ao discurso da economia política, é fundamental que eduquemos o ser humano assumindo a pesquisa como princípio educativo. Para tanto é fundamental que reconheçamos o educando como sujeito de sua práxis, responsável pela condução de seu processo de aprendizagem, enquanto que o docente é responsável pelo processo de ensino. Nesta direção, Débora Monteiro do Amaral e Aida Victoria Garcia Montrone aplicam, em uma pesquisa de doutorado em seis assentamentos no estado de São Paulo intitulada *Educação popular: metodologia de pesquisa como processo educativo*, uma metodologia baseada em conceitos freirianos, tais como o diálogo, a conscientização e o saber de experiência, com a qual aprendem na prática a importância e saberes aprendidos na vivência da aplicação destes princípios.

Considerar os saberes da experiência é a premissa que vai aproximar a área de saúde da educação popular. Interessados em explicar este encontro, os pesquisadores Eymard Mourão Vasconcelos, Marcos Oliveira Dias Vasconcelos e Marisia Oliveira da Silva apresentam no artigo *A contribuição da Educação Popular para a reorientação das práticas e da política de saúde no Brasil* como a tese da contextualização do saber foi relevante para a consecução do objetivo de formar o ser humano conscientemente saudável.

Mas o que é o ser humano? Como defini-lo como referência para a sua educação sem termos uma clareza de sua ontologia, explicitando os atributos que o definem enquanto tal? É esta a angústia científica que temos no texto de cunho filosófico *A ontologia humana enquanto referência para uma educação popular emancipatória*, de Luciano Sérgio Ventin Bomfim, no qual o autor procura demonstrar a imprescindibilidade da assunção dos atributos humanos enquanto princípios didático-pedagógicos para o enfrentamento da lógica reificante do capital reproduzida no discurso da economia política na contemporaneidade.

Com uma concepção de educação popular distinta daquela hegemônica na América Latina, a experiência relatada criticamente por Rosario Caraballo-Román, José González-Montegudo e Rafael M. Hernández-Carrera intitulada *Educación popular y formación para el empleo - El caso de la Escuela Taller Parque Miraflores en Sevilla, España* é um projeto de educação popular governamental em consórcio com a Associação de Moradores e Movimento Social de defesa do Meio Ambiente. Ela ocorreu na cidade de Sevilla/Espanha pós-Ditadura Franco, quando foram criadas as escolas Taller, as quais objetivavam educar profissionalmente jovens carentes com baixos níveis de educação escolar. A escola em questão desenvolveu uma experiência ímpar para consecução deste objetivo, porque estava vinculada a um projeto maior que era o Parque Ambiental Miraflores, que desenvolvia projeto de recuperação e educação ambiental no bairro em que se localizava.

O artigo *Território e currículo: relações interdisciplinares entre estudos territoriais e educação social*, elaborado por Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, Ludmylla Karinne Trigueiro Meireles e Maria Gabriela Parenti Bicalho, realizou uma pesquisa teórica de cunho bibliográfico, procurando estabelecer uma conexão interdisciplinar entre o campo da geografia, no qual os estudos territoriais se estabelecem, e o

campo da educação social. Propondo reflexões sobre o território e a educação social, e suas contribuições para as práticas curriculares em espaços não escolares, tendo como base as teorias críticas, os autores buscam explicitar os vínculos que se estabelecem entre conhecimento, relações (sociais e de poder) e conscientização, considerando a espacialidade como constitutiva dessas relações. Em suas conclusões apontam para a importância de se considerar o território como constituinte dos sujeitos e, portanto, como constituinte das práticas educativas e elemento a se considerar no campo da pesquisa em educação, especialmente na educação social.

E é justamente isto que verificamos no texto *O mundo da rua educa: processos educativos da população de rua na cidade de São Carlos-SP*, de Sara Ferreira de Almeida e Maria Waldenez Oliveira, no qual as autoras – partindo da premissa da educação popular de que o trabalho é um princípio educativo, visto que a condição de ser con-sciente impõe ao ser humano a tarefa inalienável de apropriar-se teoricamente do mundo, das vivências nas quais está implicado – identificaram os saberes produzidos pela população de rua no município de São Carlos, no estado de São Paulo, fazendo assim descobertas reveladoras.

Nessa mesma linha de investigação, Fabiana Rodrigues de Sousa, em seu texto *Ações educativas desenvolvidas por prostitutas organizadas: tecendo confiança e autonomia*, apresenta um estudo desenvolvido em quatro cidades de quatro diferentes estados, no qual a autora procurou desvendar os saberes produzidos e apreendidos por estas profissionais, chegando ao resultado de que a prática profissional, bem como a militância em defesa dos seus direitos, tem gerado nelas autoestima e autoconfiança.

Buscando compreender a relação entre educação popular e pedagogia social, o estudo de Augusto Cesar Rios Leiro, Cândida Andrade de Moraes e Vanessa Ribeiro dos Santos intitulado *Educação popular e pedagogia social: diálogo singular e experiência plural* foi realizado a partir de dois relatos de pesquisa em um curso de pós-graduação em educação no Brasil. Um dos estudos tem como público-alvo menores em cumprimento de regime de privação de liberdade, e o outro, menores em situação de risco. Os autores concluem que ambos os estudos-referência destacam os vínculos entre a educação popular e a pedagogia social, levando em consideração, no dizer dos próprios autores, o legado freireano; as relações entre educadores e educandos; a construção de práxis educativas através vínculos com as comunidades; a formação continuada e a política dos educadores com vistas à emancipação dos sujeitos e à superação das desigualdades sociais.

Os autores do artigo *O Observatório de Educação de Jovens e Adultos e a educação popular no Território do Sisal – Bahia*, Eduardo José Fernandes Nunes, Marcos César Guimarães dos Santos e Maria Raidalva Nery Barreto, focam sua análise nas ações proporcionadas pelas pesquisas realizadas pelo Observatório na construção de uma rede voltada para a área de educação de jovens e adultos, na perspectiva dos debates atuais sobre educação popular, movimentos sociais e desenvolvimento local. Neste trabalho, revelam a precarização da educação no Território de Identidade do Sisal, situado na região semiárida do Nordeste do estado da Bahia, gerando o sucateamento do sistema escolar demonstrado pelos índices elevados de pessoas não alfabetizadas. Para os autores, a rede de educação popular realizada pelos diferentes movimentos sociais imprime uma possibilidade de mudança na falta de uma política mais incisiva de investimentos educacionais, para que haja uma transformação social mais justa no território.

O estudo de Carlos Augusto Novais, Gilcinei Teodoro Carvalho, e Maria Zélia Versiani Machado sobre as *Leituras de jovens de camadas populares: letramentos escolares e não escolares no campo*, partindo da mesma premissa do artigo anterior, destaca a cultura como contrapartida ao conhecimento técnico, demonstrando a confluência de ambos os saberes no processo de letramento de alunos que vivem a experiência da pedagogia da alternância em uma das escolas Família Agrícola.

Questionando a concepção de educação popular (EJA) na prática da formação de professores temos o texto *O discurso sobre a institucionalidade da educação de jovens e adultos na perspectiva da educação popular* de Marcos Angelus Miranda de Alcântara e Erenildo João Carlos, que buscaram compreender, a partir da análise arqueológica do discurso proposta por Foucault, as relações entre a educação de jovens e adultos e a instituição escolar, descobrindo que na formação de pedagogos na UFPB ocorre a reprodução da dicotomia entre a EJA e o sistema oficial de ensino, tal como se deu no processo de produção e reprodução do real. Enfim, a Educação de Jovens e Adultos, enquanto uma das formas de Educação Popular é concebida como uma educação alternativa à educação formal oferecida pelos sistemas de ensino.

Encerrando o dossiê, na Seção Estudos, temos o texto *Formação do professor-pesquisador: aprendizado que afirma a vida*, de autoria de Sônia Regina da Luz Matos, Betina Schuler e Sandra Mara Corazza. O texto expõe os resultados de um projeto – ancorado nos conceitos nietzscheanos de vontade criadora – que faz parte do Programa Observatório da Educação (OBEDUC), integrante da política nacional de formação continuada de professores.

Luciano Bomfim e Eduardo Nunes